



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 41

A NATO NA PRÉ-REFORMA?

Bernardo Pires de Lima

2 | Abril | 2009

A assinatura europeia na história do século XX ficou marcada por dois capítulos distintos. Na primeira metade fizeram da guerra a sua política. Na segunda, ocuparam-se politicamente a fazer a paz. O velho continente passou de um extremo ao outro num curto espaço de tempo, reconstruiu cidades e famílias (se é que foi alguma vez possível fazê-lo), sossegou fronteiras e exércitos, reergueu economias e criou umas quantas outras. Pôs velhos inimigos à mesa e desenhou progressivamente os mecanismos económicos, financeiros e políticos necessários. Pedir mais era impossível. Andar mais depressa também.

Esta semana ficará marcada por um acto simbólico entre os grandes obreiros europeus da guerra e paz do século passado, França e Alemanha. No Sábado, dia 4, os líderes da NATO viajarão em conjunto pelo Reno, passarão a fronteira franco-alemã e chegarão a Estrasburgo, onde Sarkozy cumprirá o papel de anfitrião no segundo dia da Cimeira. Exactamente 60 anos após a sua fundação, pouco mais de seis décadas após a carnificina europeia, os velhos e novos aliados atravessarão a fronteira sem batalhões, violações de civis ou projectos de pureza social. Se a NATO serviu para algo foi, em

primeiro lugar, não para normalizar as relações, mas para quebrar com a tradição do conflito. Ao contrário do que seria suposto, a Aliança não disparou um único tiro durante toda a Guerra Fria. Ao contrário do que muitos desejaram, não se evaporou com a queda do Muro. E, ao invés da polémica, soube com altos e baixos acomodar a zona europeia em erupção na última década e meia, os Balcãs.

Esta cimeira de Kehl e Estrasburgo será dominada por quatro grandes temas. Os pedidos de Barack Obama sobre um esforço maior dos aliados no Afeganistão, o debate sobre a recentragem da NATO no Atlântico, a consumação do mais recente alargamento à Croácia e Albânia e à sucessão do Secretário-geral, Jaap de Hoop Scheffer.

O “argumento Bush”

A cimeira da NATO não deve ser encarada de forma isolada. A crise económica e financeira enquadra definitivamente a postura de todos os aliados presentes na reunião. E é na tournée europeia do Presidente Obama que os 60 anos devem ser celebrados: não como o fatalismo da pré-reforma, mas como um passo para revitalizar a Aliança Atlântica no seu mais lato sentido. A Grã-Bretanha, França, Alemanha, República Checa e Turquia são as paragens do Presidente norte-americano e elas devem não só reflectir um apreço pelas alianças tradicionais como acentuam a responsabilidade europeia na economia, segurança e combate ao terrorismo internacionais.

Durante os últimos anos muitos Estados europeus acenaram com o “argumento Bush” para assobiarem para o lado. O Presidente dos EUA fez inúmeros apelos em cimeiras da NATO sobre a necessidade de envolver mais meios militares e económicos no Afeganistão. A maior parte dos aliados simplesmente não respondia. O cenário no AfPak (o conceito correcto devia ser PakAf) foi-se deteriorando e países como a Austrália colocaram mais tropas no terreno do que muitos dos fundadores da NATO no seu conjunto. Hoje o contexto é outro. O Presidente por quem todos os europeus ansiavam está no comando das operações e passou o último ano e meio a insistir no mesmo: pedir mais, muito mais aos aliados no quadro da NATO. O “argumento Bush” foi substituído pelo “argumento crise” e os europeus parecem ter encontrado novo refúgio moral, mas não escaparão ao que desta cimeira sairá: Obama era tudo o que os europeus menos precisam nesta altura, alguém que os tratará como adultos. Veremos se se comportam como tal.

O fim do “out of area”?

O papel que a NATO reservou para o pós-Guerra Fria foi substancialmente distinto do que lhe deu origem. Podemos mesmo falar de uma nova NATO, quer em termos de missões estratégicas, quer no envolvimento de novos membros e não-membros, quer como fórum político com ambições mais globais. As guerra balcânicas deram-lhe um cunho humanitário, o 11 de Setembro um punitivo, as catástrofes naturais um de salvamento, a pirataria o de policiamento, os alargamentos a Leste e os protocolos com o Mediterrâneo e países asiáticos, um sublinhado político. A NATO global foi uma realidade progressiva ao longo dos últimos vinte anos. A pergunta que se impõe é se o será nos próximos vinte.

A crise económica, os baixos orçamentos da Defesa na esmagadora maioria dos aliados, os riscos num teatro de operações como o Afeganistão, a impaciência dos eleitorados e a falta de percepção sobre missões nacionais em zonas longínquas, são indicadores mais que suficientes para que a estratégia globalizante da NATO seja travada, com cada vez mais decisores políticos e militares a insistirem na recentragem das prioridades no Atlântico, desta vez a Sul. O raciocínio segue uma lógica interessante e um país como Portugal poderia extrair vantagens aparentemente evidentes, uma vez que o eixo emergente no Atlântico Sul passa pelo Brasil e Angola, pelas debilidades de todo o Golfo da Guiné (e pelo seu potencial estratégico) e pela capacidade ou não de o AFRICOM se impor como referência, podendo as Lajes ter aí um papel renovado nesse quadro de segurança.

O problema que este quadro implica é que nunca terá lugar enquanto o Paquistão/Afeganistão não estiver minimamente estabilizado, o que implica um horizonte temporal de média-longa duração. Outro problema é que nem todos os aliados tem interesse estratégico no Atlântico Sul e olham para a Rússia como o desafio preferencial. O debate segue dentro de momentos. Longa vida para o debate.

A normalização dos Balcãs

O processo de estabilização dos Balcãs Ocidentais só ficará concluído quando toda a região integrar a NATO e a União Europeia. É fundamental que este caminho seja feito de forma coerente e que sobretudo a Sérvia seja tratada como um parceiro maduro. Esta cimeira formalizará a adesão da Croácia e Albânia e corresponderá às expectativas criadas naquela região, criando ainda um sentido de exemplo a ser seguido pelos restantes países vizinhos. É esta a prioridade da NATO no continente europeu. O diálogo com a Ucrânia e Geórgia deve ser progressivo mas não apressado. A porta deve

continuar a estar aberta, mas não deve ser escancarada. Moscovo continua a ser um membro invisível na Aliança e muito necessário para a prioridade das prioridades, o PakAf.

Who's next?

O ex-Ministro dos Estrangeiros holandês, Jaap de Hoop Scheffer, termina o seu mandato a 31 de Julho próximo e o cargo já tem candidatos mais ou menos assumidos. O Primeiro-Ministro dinamarquês Andreas Rasmussen tem vindo a ganhar apoios em Berlim, Paris e ao que parece em Washington. Aparentemente será suficiente para assumir o cargo, mas a Turquia não o vê com bons olhos. A Dinamarca tem mostrado vontade política e disponibilidade no quadro PakAf e Rasmussen é visto como alguém que pode fazer a ponte com a Rússia.

Os restantes nomes vão sendo aqui e ali alvo de apoios, mas nenhum deles oficiais. O Ministro dos Negócios Estrangeiros polaco, Radek Sikorski, parecia inicialmente o mais bem colocado, mas o factor Moscovo pode comprometer a sua ascensão. De qualquer forma, a sua nomeação seria um sinal claro de normalização total com os alargamentos do pós-Guerra Fria e uma forma de dizer que o Kremlin não tem, nem terá, um poder de veto informal nos assuntos internos da NATO. O Ministro da Defesa canadiano, Peter McKay pode ser um outsider que cumpra os requisitos todos: sem “inimizades” entre os aliados e oriundo de um país habitualmente envolvido em grande escala em todas as operações mais delicadas da Aliança.

A origem do Secretário-geral reflecte não só um conjunto de sinais políticos a enviar para dentro e fora da NATO, como procura sublinhar a importância de um cargo de coordenação importante num universo complexo entre aliados. Não nos devemos esquecer que o processo de decisão da NATO é feito por unanimidade (será revisto em breve?) o que reforça o estatuto do Secretário-geral.

Há ainda dois assuntos que estarão na mesa da cimeira. O primeiro é a reentrada, quarenta e três anos depois, de França na estrutura militar da NATO. Cumprida a promessa de Sarkozy, resta saber que contrapartida terá Paris. Para já, a liderança de alguns comandos estratégicos, como Lisboa e Norfolk. Mas chegará isso para Paris assumir o protagonismo que deseja no plano da defesa europeia no interior da Aliança? Que compromissos assumirá no Afeganistão ou noutras frentes (Iraqe?) na linha da aproximação a Washington iniciada desde a entrada de *Sarko* no Eliseu?

O segundo centra-se na declaração de princípios sobre um novo e actualizado conceito estratégico da NATO. Esta cimeira dará início ao processo. A cimeira de Lisboa (2010)

poderá ter o privilégio de assinar esse documento. Depois do Tratado de Lisboa, o Conceito Estratégico da NATO. A responsabilidade é grande e exige preparação. Podemos contar com ela?

A NATO pode e deve suscitar discussões sobre o seu papel no futuro, teatros onde pode operar ou que alargamento deve privilegiar. Mas não nos deve inibir de reconhecer que foi fundamental para a segunda fase da história do século XX europeu, para a confiança entre estados e para os sucessivos alargamentos da UE. Um vazio criado por si seria pior do que qualquer outra solução. Só quem esteve alheado da história europeia do último século pode desejar o vazio e o caos ao conhecido e ao sucesso. Porque é de sucesso que falamos quando se avalia a Aliança Atlântica.

Um dia o britânico Lord Ismay, o primeiro Secretário-geral da NATO, considerou dever ser o seu papel manter os russos fora, os americanos dentro e os alemães em baixo. Aos 60 anos, e longe de meter os papéis para a reforma, o novo rumo deve ser revisto: ganhar o PakAf, manter os americanos dentro e os russos em baixo. Se assim for, a reforma será dourada.